

GT 02 - EDUCAÇÃO, TRABALHO E ESCOLA

O PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, SUA REALIDADE E
DEMANDASMariana Soares da Silva Santana¹João Roberto Resende Ferreira²**Resumo**

O presente trabalho propõe um estudo a partir da década de 1990, período em que os debates sobre as Políticas Públicas para a Educação Infantil ganham força no Brasil. Para tal, a pesquisa possui perspectiva qualitativa, utilizando, como procedimentos previstos: observações em uma instituição da cidade de Goiânia, análise de documentos que norteiam a Educação Infantil do município, livros/autores que estudam o tema, documentos e legislações. Os principais teóricos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho são: Aquino (2011), Corsino (2009), Kuenzer (1998), Kulhmann (2009), Macedo (2011), Nunes e Corsino (2009), Paschoal e Machado (2009) e Silva (2011). A pergunta central dessa pesquisa é: as políticas públicas implantadas a partir de 1990, têm modificado as práticas pedagógicas atuais nas Instituições de Educação Infantil em Goiânia? Para isso, pretende-se conhecer e analisar o contexto histórico das transformações ocorridas a partir dos anos de 1980, entre produção material da vida e as relações com a produção e apropriação do saber, e se as Políticas Públicas da Educação Infantil Brasileira têm contribuído ou não para superar um quadro degradante do que foi a educação infantil para os trabalhadores nesse país. A relevância desse trabalho se deve à intenção de incentivo para maiores investimentos e desenvolvimento aos profissionais que se interessam por essa realidade, tendo como pressuposto que a Educação Infantil lida com a formação inicial e se constitui determinante na personalidade das crianças que possuem o primeiro contato com a uma educação formal em que ocorrem construções de conceitos, socializações e aprendizagens. Dessa forma, pretende-se desenvolver uma pesquisa com reflexões teóricas que contribua para analisar as relações entre as Políticas Públicas e a prática pedagógica tendo a rede municipal de Goiânia, como espaço de investigação onde se dá essa relação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Processo Histórico. Práticas Pedagógicas.

¹Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis. mari_soares@hotmail.com

² Professor Doutor do curso de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis. joaorob-ferreira@uol.com.br

Introdução

Ao estudar o contexto histórico na tentativa de compreender a origem e a necessidade da criação de espaços e instituições que atendessem crianças, é notável que seu início ocorra principalmente com a modernidade, a implementação de máquinas e indústrias, advindo dessa forma, a necessidade das mulheres se ingressarem no mercado de trabalho.

Em relação à modernidade, Aquino (2011) evidencia esse contexto dizendo que, “a concepção de infância surge indicando o novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais, mais precisamente, no final do Século XVIII, marco da mudança no estatuto da infância no mundo ocidental” (p.89). Assim, nesse processo, a escola consolida-se como lugar de aprendizagem e de instrução, e a criança torna-se objeto próprio de conhecimento científico e de afeto, intensificando a necessidade de medidas governamentais para prover instituições destinadas à primeira infância no mundo.

O objetivo central desta pesquisa é analisar se com as políticas públicas implantadas a partir de 1990, houve modificações nas práticas pedagógicas atuais nas Instituições de Educação Infantil em Goiânia. Trata-se de contribuir com as discussões relativas ao tema da Educação Infantil, que nos últimos vinte anos constituem um assunto de real significado e necessidade para a população, principalmente a classe trabalhadora, uma vez que as crianças, passaram a ter esse direito garantido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, (LDB).

Do ponto de vista oficial no Brasil os direitos das crianças, principalmente na educação brasileira, são garantidos: a Constituição Federal de 1988 - em seu artigo 208, inciso IV que diz ser dever do Estado para com a educação a efetivação mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (2010); Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal inserindo as crianças no mundo dos direitos humanos, em seu art. 3º em que a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, desse modo tendo acesso às oportunidades como desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; Política Nacional de Educação Infantil (1994); Subsídios para o Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (1998), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 - Lei 13.005/14, na meta 1, que tinha como proposta universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em

creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do plano.

Verifica-se que, até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido (PASCHOAL E MACHADO, 2009, p.85).

A justificativa para o trabalho se dá em primeiro lugar a experiência de estágio supervisionado obrigatório na Educação Infantil, parte integrante da matriz curricular do curso de Pedagogia da UEG/CCSEH³, realizado no ano de 2013 e que despertou o interesse por estudos que a envolvesse; Em segundo lugar está a necessidade de investigar os espaços e práticas onde a Educação Infantil se realiza com o objetivo de compreendê-la, a fim de proporcionar melhores entendimentos sobre esse espaço de vivência e formação inicial das crianças; E em terceiro lugar, a razão de investigar como a lei tem influenciado a prática pedagógica.

129

Ao se tratar dos objetivos da pesquisa, temos como geral conhecer e analisar o contexto histórico das Políticas Públicas da Educação Infantil Brasileira em consonância com sua Realidade. Os específicos são: 1) realizar uma contextualização histórica sobre as transformações capitalistas e as políticas públicas da Educação Infantil (EI); 2) Pesquisar sobre as práticas pedagógicas da EI, a partir dos anos de 1980 com o fim da ditadura militar, o processo de democratização; 3) Analisar a prática em Centros Municipais de EI em Goiânia, tendo como parâmetro os estudos sobre as demandas dessa primeira etapa da Educação Básica.

De acordo com Oliveira (2008), é na educação infantil que a maioria de nossas crianças terá o seu primeiro contato com uma educação formal, que pretende complementar a educação recebida no seio familiar e na sociedade. Trata-se do segundo espaço de socialização do ser humano. Por isso, esse nível de educação requer profissionais competentes que possuam as habilidades necessárias para lidar com as especificidades dessa faixa etária. É nessa fase inicial da educação que ocorrem influências determinantes na personalidade da criança e que podem marcá-la positiva ou negativamente para o resto de sua vida. “O exposto configura a necessidade urgente de se pensar

³ Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis.

sobre a formação e atuação dos profissionais da educação infantil, tanto em termos de docência quanto de gestão” (p.54).

Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa segue a abordagem qualitativa. Sendo assim, os procedimentos previstos a serem desenvolvidos durante a pesquisa incluem: realização de observações em uma instituição de Educação Infantil na cidade de Goiânia; construção de protocolos de registros; pesquisas na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), situada em Goiânia, referentes a dados sobre a realidade da Educação Infantil no Brasil e do município; pesquisas de documentos na sede da Prefeitura de Goiânia, a fim de compreender como se efetivou a implementação da EI no município e os aspectos que a norteiam; revisão bibliográfica dos textos e autores que possuem relação com o assunto e tema tratado bem como com o contexto histórico e político.

Desenvolvimento

A história do mundo e da sociedade, das relações, organizações, vivências e culturas, foram sendo modificadas e estão em constante transformação. Isso porque o ser humano é composto por inúmeras subjetividades e, de acordo com as trocas de experiências, observações e maturação biológica é passível de mudanças, evoluções e desenvolvimentos.

Segundo Alves (2015), podemos compreender a aprendizagem humana como resultado da emoção, relações sociais e linguagem. E esse aprender faz-se como um ato complexo que envolve as múltiplas dimensões do humano em seu indissociável processo de ser, fazer-se e de estar no mundo. Portanto, a ação educativa, o aprender (aconteça ele na escola, em casa, no clube, no trabalho ou na rua) ocorre em uma relação em que se integra corpo e espírito, cultura, sociedade, natureza no ser e fazer.

As profundas modificações que têm ocorrido no mundo do trabalho trazem novos desafios para a educação. O capitalismo vive um novo padrão de acumulação decorrente da globalização da economia e da reestruturação produtiva, que, por sua vez, determina novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Como resposta às novas exigências de competitividade que marcam o mercado globalizado, exigindo cada vez mais qualidade com menor custo, a base técnica de produção fordista, que dominou o ciclo de crescimento das economias capitalistas no pós-Segunda Guerra até o final dos anos 60, vai aos poucos sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico apoiado essencialmente na microeletrônica, cuja característica principal é a flexibilidade (KUENZER, 2003, p.33).

É possível evidenciar esses aspectos ao refletir sobre as transformações sociais e políticas que foram ocorrendo no decorrer do tempo cronológico em que, de acordo com os interesses e manipulações de uma parcela da sociedade (proprietários do capital e de bens materiais), manifestações realizadas pela classe dominada, relações de poder econômico e de exploração do trabalho foram sendo combinadas e responsáveis pelas mudanças revolucionárias nas histórias registradas pela humanidade.

“A contemporaneidade ativou a industrialização, a reorganização urbana, os movimentos de classes sociais, por ser a época dos direitos tanto do seu reconhecimento teórico quanto da sua afirmação prática” (AQUINO, 2011, p. 76). Assim, as mudanças superam o ideário pedagógico e materializam-se na criação de instituições escolares, que estampam, nas suntuosas edificações, o lugar e o modo de educar o sujeito da sociedade industrializada, tratando da recomposição de um novo cenário no palco social. A escola, dessa forma, teria o papel de educar o novo sujeito social, que deveria estar apto a enfrentar os desafios de uma sociedade em constante progresso de industrialização e intenso processo de urbanização.

De acordo com Paschoal e Machado (2009), a consolidação da educação infantil só aconteceu nas últimas décadas, em função dos movimentos sociais de luta e reivindicação pelos direitos humanos, dentre eles, o direito de todas as pessoas a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade. As duas últimas décadas significaram um tempo de conquistas sobre os direitos da criança brasileira, a opção da família em dividir a educação com os filhos e o dever do Estado na garantia de todos esses direitos.

Seguindo sobre a ótica dos diversos benefícios que a Educação Infantil pode proporcionar para a formação de uma criança devemos levar em consideração o significativo papel da socialização. As experiências, transformações e evoluções individuais tendem a ser expressivas quando um indivíduo, desde muito cedo possui a oportunidade de frequentar uma instituição com profissionais capacitados, ambientes /espaços adaptados e organizados para recebê-los, recursos, materiais e atividades diversificados. Tudo acaba por envolver potencialidades e experiências ricas para o desenvolvimento cognitivo e físico, o que acaba se contrapondo a uma criança que não possui/não possuirá tal experiência, prejudicando sua forma de desenvolver e afastando-a de convívios e oportunidades que possam garantir seu bom desempenho por toda a vida, seja nas relações sociais, quanto aos ensinamentos e conteúdos oferecidos nas escolas.

Em várias sociedades, especialmente nas áreas urbanas, crianças de diferentes classes sociais, que não têm acesso à Educação Infantil, tornam-se cada vez mais

semelhantes, partilhando de um tipo de vida aparentemente padronizado, ainda que consideradas as distintas condições de alimentação, saúde, higiene e acesso aos bens culturais: ficam dentro de casa, entre quatro paredes, sujeitas às privações características de um ambiente confinado (falta de contato com a natureza, movimentação contida etc); convivem com adultos voltados a tarefas domésticas e a atividades profissionais exercidas em casa (que os impede de lhes dedicar atenção); passam a maior parte do tempo sozinhas, sem outras crianças para partilhar as brincadeiras; assistem à TV durante horas repetindo à exaustão aos desenhos animados... Acabam por ser semelhantes até mesmo em seus mais simples desejos! (NUNES e CORSINO, 2009, p. 24).

Sendo assim, no desenvolvimento desse trabalho envolvendo estudos e reflexões, pretende-se fazer uma abordagem de conteúdos, documentos e autores que tratam o assunto referente à Educação Infantil, suas políticas públicas, relacionando o que já foi alcançado bem como o que pode vir a ser desenvolvido e verificar por meio da pesquisa empírica se o que está sendo colocado em prática condiz com o que a legislação estabelece. Sendo necessário ainda, organizar ideias, dados, possibilidades, teorias e pensamentos sobre as conquistas e desenvolvimentos em que essa etapa do ensino vem se destacando e ocupando, de modo que esta, cada vez mais, se posiciona ocupando papel importante para a formação de crianças.

Considerações finais

Com a intenção de realizar uma contextualização histórica para compreender como se desenvolveu a necessidade de espaços e instituições para a infância, pretende-se desenvolver um trabalho e reflexões teóricas que possam contribuir para a valorização da educação infantil brasileira, etapa da educação básica constituinte e de importância decisiva na formação da personalidade das crianças.

Já percebendo a necessidade a partir da modernização, no século XVII, com o surgimento das indústrias e as mulheres ingressando no mercado de trabalho, hoje a necessidade e a importância da oferta dessa etapa da educação básica se devem não só as necessidades assistencialistas, mas em âmbitos como, o educar, cuidar, construção de conhecimentos de mundo; de uma educação que faça o indivíduo se perceber no mundo e ver significado. De o conhecimento ser construído em ambientes coletivos, em que as mediações e práticas pedagógicas ocorram numa perspectiva de inovação, incluindo uma didática onde as crianças despertem sentidos e autonomias para seus pensamentos.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Drº João Roberto Resende Ferreira, pela oportunidade de continuar desenvolvendo pesquisas envolvendo a Educação Infantil, assunto pelo

qual me identifico e tenho interesse em estudar. Agradeço ainda pelo companheirismo, orientações e direcionamentos.

À Universidade Estadual de Goiás, pelo apoio e concessão da bolsa *Strictu Sensu*, visando o incentivo e dedicação no desenvolvimento de pesquisas.

Referências

AQUINO, Luciene Chaves de. Concepções de Infância: um breve histórico da educação infantil geral e brasileira. In: BARBOSA, Rita Cristina; AFONSO, Maria Aparecida Valentim. (Orgs.). **Educação Infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2011. P. 69 – 91.

ALVES, Maria Dolores Fortes. *Reflexões sobre a aprendizagem: de Piaget a Maturana*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21638/18795>. Acesso em: 24 de abril de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005/14**, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 22 julho de 2017.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo, Cortez. 1998. p. 33-58.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, Patrícia. (Orgs.). **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 16 – 32.

OLIVEIRA, Maria Izete de. *Educação infantil: legislação e prática pedagógica*. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 27, p. 53-70, dez. 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149752008000200004&lng=pt&nr_m=iso. Acesso em 22 abril de 2017.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios** dessa Modalidade Educacional. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2017.